

Educação especial na perspectiva inclusiva: um estudo sobre as condições de acessibilidade proporcionada aos alunos com deficiência física

*Adriana de Souza Natividade**

*Jadson Justi***

*Corina Fátima Costa Vasconcelos****

Resumo

Frente a realidade encontrada na sociedade brasileira em relação as questões voltadas para a acessibilidade do deficiente físico, o objetivo desta pesquisa foi analisar os aspectos físicos do ambiente escolar proporcionado a pessoa com deficiência física a partir da política de acessibilidade que rege a educação especial. Os resultados encontrados evidenciam grande necessidade de avanços em relação a políticas públicas que em conjunto com o poder público podem efetivar as mudanças necessárias na arquitetura dos ambientes escolares do município de Parintins, AM, bem como sua manutenção constante. Conclui-se que, grande parte das escolas visitadas no município de Parintins não apresentam estrutura física que garanta efetividade ao processo de acessibilidade de seus alunos. Tal consideração não valoriza a autonomia dos alunos com deficiência, assim como sua inserção na sociedade para que possam ser cidadãos incluídos nos mais diversos segmentos sociais.

Palavras-chave: Educação especial. Deficiência física. Acessibilidade.

* Universidade Federal do Amazonas. Manaus, Amazonas, Brasil.
E-mail: adryana.natividade@gmail.com. <http://orcid.org/0000-0002-7595-1404>.

** Universidade Federal do Amazonas. Manaus, Amazonas, Brasil. E-mail: jadsonjusti@hotmail.com. <http://orcid.org/0000-0003-4280-8502>.

*** Universidade Federal do Amazonas. Manaus, Amazonas, Brasil. E-mail: corina.ftima@yahoo.com.br. <http://orcid.org/0000-0001-9926-1048>.

Special education in the inclusive perspective: a study on the conditions of accessibility provided to students with physical deficiency

Abstract

Faced with the reality of Brazilian society in relation to the issues related to the accessibility of the physically handicapped, the objective of this research was to analyze the physical aspects of the school environment provided to the person with physical disability from the accessibility policy that governs special education. The results show a great need for advances in relation to public policies that together with the public power can effect the necessary changes in the architecture of school environments in the city of Parintins, AM, as well as its constant maintenance. It is concluded that, most of the schools visited in the municipality of Parintins, AM, do not present physical structure that values the process of accessibility of its students. Such consideration does not value the autonomy of students with disabilities, as well as their insertion in society so that they can be citizens included in the different social segments.

Keywords: Special education. Physical disability. Accessibility.

Educación especial en la perspectiva inclusiva: un estudio sobre las condiciones de accesibilidad proporcionada a los alumnos con discapacidad física

Resumen

Frente a la realidad encontrada en la sociedad brasileña en relación a las cuestiones dirigidas a la accesibilidad del discapacitado físico, el objetivo de esta investigación fue analizar los aspectos físicos del ambiente escolar proporcionado a la persona con discapacidad física a partir de la política de accesibilidad que rige la educación especial. Los resultados encontrados evidencian gran necesidad de avances en relación a políticas públicas que en conjunto con el poder público pueden efectuar los cambios necesarios en la arquitectura de los ambientes escolares del municipio de Parintins, AM, así como su mantenimiento constante. Se concluye que, gran parte de las escuelas visitadas en el municipio de Parintins no presentan estructura física que garantice efectividad al proceso de accesibilidad de sus alumnos. Tal consideración no valora la autonomía de los alumnos con discapacidad, así como su inserción en la sociedad para que puedan ser ciudadanos incluidos en los más diversos segmentos sociales.

Palabras clave: Educación especial. Deficiencia física. Accesibilidad.



INTRODUÇÃO

Partindo do pressuposto de que os direitos conquistados no campo da educação especial são oriundos de iniciativas de lutas sociais, os pesquisadores deste estudo destacam ainda ao longo da pesquisa, a necessidade de maior atenção no que tange alguns entraves que vem sendo negligenciados a medida que não se cumpre com o estabelecido pelas políticas de inclusão exigidas e acabam por deixar à margem os direitos conquistados por estes ao longo de décadas, incluindo nesta a *Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva* (2008), do Ministério da Educação/Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão, deixadas por vezes em esquecimento (DUTRA et al., 2008). Diante tal realidade histórica-excludente,

A escola historicamente se caracterizou pela visão da educação que delimita a escolarização como privilégio de um grupo, uma exclusão que foi legitimada nas políticas e práticas educacionais reprodutoras da ordem social [...] (DUTRA et al., 2008, p. 9).

Devido a fatores sociais, econômicos, políticos e culturais, muito do que se conquistou até os dias atuais, não tem a eficiência que deveria e a acessibilidade, vem ser uma dessas legalidades que apresenta-se negligenciada do ponto de vista social. A Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT) ampliou o seu conceito de Acessibilidade na Norma Brasileira (NBR) que trata sobre acessibilidade a edificações, mobiliário, espaços e equipamentos urbanos. Na NBR ABNT n. 9.050/2004 era conceituada como sendo a “[...] possibilidade e condição de alcance, percepção e entendimento para a utilização com segurança e autonomia de edificações, espaço, mobiliário, equipamento urbano e elementos.” (ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS, 2004, p. 1). Sendo atualmente conceituada, na NBR ABNT n. 9.050/2015, como sendo

[...] possibilidade e condição de alcance, percepção e entendimento para utilização, com segurança e autonomia, de espaços, mobiliários, equipamentos urbanos, edificações, transportes, informação e comunicação, inclusive seus sistemas e tecnologias, bem como outros serviços e instalações abertos ao público, de uso público ou privado de uso coletivo, tanto na zona urbana como na rural, por pessoa com deficiência ou mobilidade reduzida. (ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS, 2015, p. 1).

No que tange a acessibilidade espacial,

[...] significa bem mais do que apenas poder chegar ou entrar num lugar desejado. É [...] um lugar acessível deve permitir, através da maneira como está construído [...] que utilizem os espaços e equipamentos com igualdade e independência [...] (DISCHINGER; ELY; MACHADO, 2009, p. 22-23).

Nesse sentido o objetivo da NBR ABNT n. 9.050/2015, é “[...] estabelece critérios e parâmetros técnicos a serem observados quanto ao projeto, construção, instalação e adaptação do meio urbano e rural, e de edificações às condições de acessibilidade.” (ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS, 2015, p. 1).

Com vista ao exposto, este estudo verifica se as escolas do município de Parintins, AM, estão de acordo com a NBR ABNT n. 9.050/2015, este trabalho vem abordando a



necessidade que se tem em proporcionar um ambiente escolar que atenda às necessidades da pessoa com deficiência física, e seu processo de interação socioeducacional. Para tanto, o objetivo desta pesquisa é analisar os aspectos físicos do ambiente escolar proporcionado a pessoa com deficiência física a partir da *Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva* (2008) que rege a educação especial, respaldada na NBR ABNT n. 9.050/2015 e literatura pertinente.

Metodologia

Esta pesquisa foi desenvolvida por meio de uma abordagem qualitativa, que envolve a descrição e interpretação dos fenômenos educacionais (REIS, 2009). Nesse sentido, com base nessa abordagem, foi possível desenvolver este estudo sobre a temática “acessibilidade”, que envolve reflexões acerca da inclusão, ambas (inclusão e acessibilidade) são vias de mão dupla, que precisam uma da outra, para que se efetivem os direitos da pessoa com deficiência física, especificamente do que se trata o trabalho de estudo em questão.

A referida pesquisa além de ser desenvolvida a partir de uma abordagem qualitativa, também é respaldada no método descritivo, para tal investigação “As pesquisas descritivas têm como objetivo primordial a descrição das características de determinada população ou fenômeno [...]”, neste caso se aplica a descrição dos espaços físicos dos ambientes educacionais possibilitando elencar os aspectos arquitetônicos do ambiente escolar que permeiam o processo de inclusão dos alunos com deficiência física no âmbito da educação especial (GIL, 2009, p. 42).

Em relação a hipótese desta pesquisa, têm-se a possibilidade dos ambientes educacionais do município de Parintins, AM, não estarem adequados conforme norma regulamentadora brasileira para a acessibilidade de deficientes físicos já que geograficamente o respectivo município apresenta desvantagens em relação a locomoção intermunicipal, qualidade de telecomunicação e serviços globais com maior qualidade em comparação a metrópoles.

Tendo em vista o grande número de escolas urbanas, foi necessário que houvesse um critério de escolha em relação ao *lôcus* deste estudo, a referida pesquisa fora realizada somente nas escolas municipais de Ensino Fundamental, por uma questão lógica e cronológica de viabilidade para esta investigação. Os pesquisadores deste estudo realizaram visitas técnicas nas 10 escolas, onde os gestores permitiram a realização desta pesquisa, por meio da assinatura consentida por este na autorização que fora entregue a eles, sendo este o critério de inclusão, com prévio agendamento mínimo de três dias de antecedência para a realização das visitas técnicas, levando os gestores a organizarem-se para acompanhar os pesquisadores deste estudo durante a visita técnica. Vale ressaltar que, a participação das escolas colaborativas fora integralmente realizada sem qualquer oneração para os locais visitados. A recusa dos gestores de cada escola em autorizar os pesquisadores realizarem a coleta de dados nos respectivos ambientes não gerou nenhum prejuízo ou mesmo desvantagem para o *lôcus* do estudo e nem para seu respectivo gestor.

Já no decorrer da coleta de dados realizada por meio das visitas técnicas, os pesquisadores foram acompanhados nas escolas participantes pelos seus respectivos gestores



e algumas vezes por uma pessoa indicada pela escola, vale ressaltar que essas visitas ocorreram em horário fora do expediente para não comprometer as atividades laborais pertinentes aos gestores, e aconteceu uma única vez em cada escola. Durante a coleta de dados os pesquisadores deste estudo estiveram munidos de um formulário que é um instrumento que os pesquisadores se utilizaram para as devidas anotações. Por uma questão ética o anonimato das escolas participantes foi resguardado.

O *Formulário de Avaliação de Espaços Escolares* aplicado para esta pesquisa, foi adaptado do *Manual de Acessibilidade Espacial para Escolas*, sob a coordenação de Dischinger, Ely e Machado (2009), do Ministério da Educação, Secretaria de Educação Especial, desenvolvido em parceria com a Universidade Federal de Santa Catarina, com o objetivo de subsidiar os sistemas de ensino na implementação de uma política pública de promoção da acessibilidade em todas as escolas, conforme preconiza o Decreto-lei n. 5.296, de 2 de dezembro de 2004, contendo os itens que foram avaliados nos ambientes escolares municipais de Ensino Fundamental do município de Parintins, AM.

Apesar do *Manual de Acessibilidade Espacial para Escolas* se respaldar na NBR ABNT n. 9.050/2004, o formulário utilizado para a coleta de dados desta pesquisa se respaldou nos itens de exigências relevantes de acessibilidade de acordo com a NBR ABNT n. 9.050/2015, e apenas uma questão respaldada na NBR ABNT n. 9.077/2001, e está dividido em 14 blocos, e estes subdivididos, contendo perguntas que viabilizaram a avaliação dos espaços escolares, estando distribuídas na forma como estão apresentadas no Quadro 1.

Quadro 1 - Perguntas que viabilizaram a avaliação dos espaços escolares das escolas municipais de Ensino Fundamental do município de Parintins, AM, em 2016

Espaço escolar	Questões
<i>Bloco 1 - A rua em frente à escola (5 questões)</i>	
A. Atravessando a rua	<ol style="list-style-type: none"> 1) Em caso de ruas muito movimentadas e que ofereçam perigo para travessia, além dessa faixa de pedestre, existe algum elemento que permita a travessia com segurança, como semáforo para automóveis, semáforo para pedestre com sinal sonoro, redutor de velocidade dos carros? 2) Existe calçada rebaixada, nos dois lados da rua, para possibilitar que pessoas em cadeira de rodas atravessem na faixa de segurança?
B. Calçada em frente à escola	<ol style="list-style-type: none"> 1) O pavimento da calçada é regular, plano, sem buracos e degraus? 2) É possível percorrer a calçada sem encontrar obstáculos, como placas, floreiras, lixeiras, postes, galhos de árvores, toldos, entulho, entre outros, que atrapalhem a circulação de pessoas? 3) Quando há degraus ou desníveis, eles são menores que 1,5 cm?
<i>Bloco 2 - Do portão da escola à porta de entrada (8 questões)</i>	
C. Caminho até a porta de entrada	<ol style="list-style-type: none"> 1) Quando o portão da escola está fechado, existe campainha ou interfone acessível a pessoas em cadeira de rodas e crianças menores? 2) O percurso entre o portão da escola até a porta de entrada é pavimentado? 3) A pavimentação desse caminho é regular, plana, sem buracos e degraus? 4) Essa pavimentação é antiderrapante em dias de chuva? 5) É possível percorrer esse caminho sem encontrar obstáculos, como bancos, galhos de árvores, floreiras, lixeiras, entre outros..., que atrapalhem a circulação de pessoas?
D. Porta de entrada	<ol style="list-style-type: none"> 1) Se há degrau na porta de entrada, existe rampa para permitir o acesso de todos?
E. Estacionamento da escola	<ol style="list-style-type: none"> 1) Nesse estacionamento, existem vagas para pessoas com deficiência? 2) O percurso entre essas vagas e a porta da escola é totalmente acessível para pessoas em cadeira de rodas? 3) Existe um espaço, ao lado dessas vagas, para abrir a porta, retirar a cadeira de rodas e circular em segurança até a calçada?



Espaço escolar	Questões
<i>Bloco 3 - Recepção e salas de atendimento (4 questões)</i>	
F. Área de espera e balcão de atendimento	<ol style="list-style-type: none"> 1) O balcão de atendimento pode ser visto a partir da porta de entrada da escola ou existe uma placa que identifique a sua localização? 2) Existe um balcão de atendimento que permita a chegada de uma pessoa em cadeira de rodas, ou seja, balcão mais baixo e com espaço de aproximação para as pernas? 3) O mobiliário existente na recepção está localizado fora da circulação, ou seja, não atrapalha a passagem de pessoas? 4) Existe um espaço de espera para a pessoa, em cadeira de rodas, aguardar o atendimento sem atrapalhar a circulação?
<i>Bloco 4 - Telefones públicos (1 questão)</i>	
Geral	<ol style="list-style-type: none"> 1) Há, pelo menos, um telefone, com altura máxima de 1,20 m e altura inferior livre de, no mínimo, de 73 cm, acessível a pessoas em cadeira de rodas?
<i>Bloco 5 - Corredores (10 questões)</i>	
H. Geral	<ol style="list-style-type: none"> 1) Os corredores possuem largura adequada à quantidade de pessoas que os utilizam? 2) Os elementos presentes nos corredores, como lixeiras, bebedouros, telefones públicos, extintores de incêndio, vasos de plantas, móveis, placas, entre outros, atrapalham a passagem das pessoas? 3) O piso é antiderrapante, regular e em boas condições? 4) O piso é nivelado, ou seja, sem degraus que atrapalhem a circulação de cadeira de rodas? 5) Existem rampas quando há desníveis maiores que 1,5 cm? 6) Há placas indicativas que orientam as saídas, escadas, rampas e outras direções importantes? 7) Os vãos de abertura das portas dos ambientes possuem uma largura de, no mínimo, 80 cm? 8) As maçanetas das portas estão entre 90 e 110 cm de altura em relação ao piso? 9) Essas maçanetas são em forma de alavanca? 10) O desnível entre o corredor e as salas adjacentes é de, no máximo, 0,5 cm?
<i>Bloco 6 - Bebedouros (4 questões)</i>	
I. Geral	<ol style="list-style-type: none"> 1) A bica do bebedouro permite a utilização de copo? 2) A bica do bebedouro possui altura de 90 cm do piso? 3) O bebedouro possui altura livre inferior de, no mínimo, 73 cm do piso para a aproximação de uma cadeira de rodas? 4) O espaço em frente ao bebedouro é grande o suficiente para caber uma cadeira de rodas?
<i>Bloco 7 - Rampas (7 questões)</i>	
J. Geral	<ol style="list-style-type: none"> 1) A largura mínima da rampa é de 1 m e 20 cm? 2) A rampa e seus patamares possuem piso antiderrapante, firme, regular e estável? 3) Existe patamar sempre que houver mudança de direção na rampa? 4) O patamar tem a mesma largura da rampa? 5) O patamar está livre de obstáculos, como vasos, móveis, abertura de portas, que ocupem sua superfície útil? (NBR ABNT n. 9.077/2001, item 4.6.2.5). 6) A rampa tem inclinação suave que possibilite a subida e a descida, sem auxílio, de uma pessoa em cadeira de rodas? 7) A rampa tem tamanho, inclinação e formato de acordo com a seção 6.6 da NBR ABNT n. 9.050/2015?
<i>Bloco 8 - Corrimãos e grades de proteção para rampas e escadas (6 questões)</i>	
Geral	<ol style="list-style-type: none"> 1) Existem corrimãos nos dois lados de todas as escadas e rampas? 2) Existe parede ou grade de proteção (guarda-corpo) ao longo das escadas e rampas? 3) Essas paredes ou grades de proteção possuem, no mínimo, 1 m e 5 cm de altura? 4) Os corrimãos estão em duas alturas e auxiliam adultos, criança e pessoas em cadeira de rodas? 5) Os corrimãos são contínuos ao longo de toda a rampa ou escada, sem interrupção nos patamares? 6) As bordas dos corrimãos são arredondadas e uniformes, ou seja, não ferem as mãos?

Espaço escolar	Questões
<i>Bloco 9 - Salas de aula (6 questões)</i>	
Geral	<ol style="list-style-type: none"> 1) A carteira, em termos de largura, altura e formato, permite a aproximação e uso dos alunos em cadeira de rodas? 2) A carteira, em termos de largura, altura e formato, adapta-se aos diferentes tamanhos dos alunos – estatura e obesidade? 3) Caso existam estantes na sala de aula, suas prateleiras podem ser alcançadas pelas crianças menores ou em cadeira de rodas? 4) O corredor entre as fileiras de carteiras é largo o suficiente para a passagem de um aluno em cadeira de rodas? 5) O quadro-negro possui altura que permita seu alcance por crianças menores ou em cadeira de rodas? 6) O espaço em frente ao quadro-negro é largo o suficiente para a passagem e manobra de uma cadeira de rodas?
<i>Bloco 10 - Salas de recursos multifuncional (5 questões)</i>	
Geral	<ol style="list-style-type: none"> 1) O tamanho da sala de recursos é suficiente para abrigar diferentes atividades e seus equipamentos, como mesas de atendimento, armários, quadros, espaço para movimentação corporal, entre outros? 2) É possível a pessoa, em cadeira de rodas, circular e manobrar pela sala até os diferentes locais de atividades, como mesas de trabalho e de computador, armários, quadro-negro? 3) As mesas de atendimento ou de computador estão livres de qualquer obstáculo, como pés e gaveteiros, que impeçam a aproximação de pessoas em cadeira de rodas? 4) Existem mesas com altura adequada ao uso de pessoas em cadeira de rodas ou baixa estatura? 5) O quadro-negro, ou o branco, e o flanelógrafo possuem altura que permita seu alcance por crianças menores ou em cadeira de rodas?
<i>Bloco 11 - Biblioteca (7 questões)</i>	
Geral	<ol style="list-style-type: none"> 1) É possível a pessoa, em cadeira de rodas, circular e manobrar pela sala até os diferentes locais de atividades, como mesas de trabalho e de computador, estantes, balcão de empréstimo? 2) As mesas de estudo ou de computador estão livres de qualquer obstáculo, como pés e gaveteiros, que impeçam a aproximação de pessoas em cadeira de rodas? 3) Existem mesas com altura adequada ao uso de pessoas em cadeira de rodas ou baixa estatura? 4) A largura do corredor, entre as estantes, permite a passagem de uma pessoa em cadeira de rodas? 5) Ao final de cada corredor de estantes, é possível manobrar com a cadeira de rodas? 6) Os livros, nas prateleiras, podem ser alcançados pelas crianças menores e pessoas em cadeira de rodas? 7) O balcão de empréstimo permite que uma pessoa em cadeira de rodas o utilize, ou seja, o balcão é mais baixo e com recuo para as pernas?
<i>Bloco 12 - Auditório (10 questões)</i>	
Geral	<ol style="list-style-type: none"> 1) Existe, pelo menos, um espaço reservado, para pessoa em cadeira de rodas, com tamanho mínimo de 80 cm x 120 cm? 2) Em auditórios com piso inclinado, é possível que uma pessoa, em cadeira de rodas, acesse esse espaço reservado? 3) Existe, pelo menos, um assento, mais largo e resistente que os demais, destinado a obesos? 4) Há, pelo menos, um assento destinado a pessoas com mobilidade reduzida, com braço articulado? 5) Existe, ao lado dos espaços reservados, pelo menos, um assento destinado aos acompanhantes das pessoas com cadeira de rodas, com mobilidade reduzida ou obesas? 6) Todos esses assentos preferenciais estão situados próximos aos corredores, mas não atrapalham a circulação? 7) Todos esses assentos preferenciais estão identificados com placas? 8) Todos esses assentos preferenciais estão situados em local de piso plano horizontal? 9) Todos esses assentos preferenciais garantem conforto, segurança e boa visibilidade? 10) É possível que uma pessoa, em cadeira de rodas, acesse o palco através de rampa?



Espaço escolar	Questões
<i>Bloco 13 - Sanitários acessíveis (23 questões)</i>	
P. Geral	<ol style="list-style-type: none"> 1) Existe, pelo menos, um sanitário feminino e um masculino com vaso sanitário e lavatório acessíveis às pessoas com deficiência na escola? 2) Os sanitários acessíveis estão localizados em pavimentos aos quais é possível chegar com auxílio de cadeira de rodas? 3) As portas dos sanitários possuem vão de abertura de, no mínimo, 80 cm? 4) O desnível entre o sanitário e a circulação é de, no máximo, 0,5 cm de altura? 5) O piso dos sanitários é antiderrapante, regular e em boas condições de manutenção? 6) É possível para uma pessoa, em cadeira de rodas, circular pelo sanitário, manobrar sua cadeira, acessar o box e o lavatório?
Q. Lavatórios acessíveis	<ol style="list-style-type: none"> 1) Existe, pelo menos, um lavatório suspenso, sem armário ou coluna, para possibilitar a aproximação de uma cadeira de rodas? 2) Em frente a esse lavatório, há espaço suficiente para circulação e manobra de cadeira de rodas? 3) A altura entre o lavatório e o piso é de, no mínimo, 73 cm, e permite a aproximação de uma pessoa em cadeira de rodas? 4) As torneiras desse lavatório são fáceis de alcançar por uma criança ou pessoa em cadeira de rodas? 5) As torneiras desse lavatório são facilmente manuseadas por uma pessoa com mobilidade reduzida nas mãos? 6) Os acessórios do lavatório, como toalheiro, cesto de lixo, espelho, saboneteira, estão instalados a uma altura e distância acessíveis a uma criança ou uma pessoa em cadeira de rodas?
R. Boxes sanitários acessíveis	<ol style="list-style-type: none"> 1) O box acessível tem dimensões mínimas de 150 cm x 150 cm? 2) Há espaço suficiente que permita transferir a pessoa em cadeira de rodas para o vaso sanitário? 3) O assento do vaso sanitário está a uma altura entre 43 e 46 cm? 4) A localização e as dimensões das barras de apoio junto ao vaso sanitário obedecem à seção 7.6 da NBR ABNT n. 9.050/2015? 5) O porta papel higiênico está em uma posição confortável? 6) A descarga está a uma altura de 1 m do piso e é fácil de ser acionada? 7) Existe, pelo menos, um vaso sanitário infantil para crianças menores e pessoas com baixa estatura? 8) A porta do box acessível possui vão de abertura de, no mínimo, 80 cm? 9) A porta do box acessível abre totalmente para fora, sem encontrar nenhum obstáculo? 10) A porta do box acessível possui puxadores em forma de barras horizontais para facilitar seu fechamento? 11) Além da barra horizontal, a porta possui maçaneta do tipo alavanca, a uma altura entre 90 cm e 110 cm, para pessoas com mobilidade reduzida nas mãos?
<i>Bloco 14 - Pátios (6 questões)</i>	
S. Geral	<ol style="list-style-type: none"> 1) O piso do pátio é antiderrapante em dias de chuva? 2) Esse piso é nivelado, ou seja, sem buracos ou degraus que atrapalham a circulação de cadeira de rodas? 3) Existem rampas quando há desníveis maiores que 1,5 cm? 4) É possível atravessar o pátio, num percurso seguro, sem encontrar obstáculos, como bancos, telefones, bebedouros, extintores de incêndio, vasos de plantas, móveis, lixeiras, etc., que atrapalhem a circulação de pessoas? 5) Existe grade de proteção que evite quedas nos pátios localizados em terrenos inclinados ou em pavimentos elevados? 6) Essa grade de proteção apresenta altura mínima de 1 m e 10 cm, é rígida e está bem fixada?

Fonte: Dischinger, Ely e Machado (2009) e Associação Brasileira de Normas Técnicas (2001, 2015).

Para todas as perguntas contidas no *Formulário de Avaliação de Espaços Escolares* desenvolvido para esta pesquisa, os pesquisadores deste estudo tinham a opção de colocar “sim” ou “não” e descrever uma possível observação caso fosse necessário, como por exemplo “não se aplica”. Descreve-se também que, utilizou-se canetas para o preenchimento do formulário e fita métrica, para mensurar e sanar possíveis dúvida em relação às medidas do ambiente físico.

Após a realização da coleta de dados, as informações foram digitalizadas, possibilitando a construção de um banco de dados com essas informações, para posterior análise, bem como discussão criteriosa numa abordagem qualitativa dos respectivos dados, com a literatura pertinente.

Resultados e discussões

Aqui estão apresentados os resultados da avaliação dos espaços escolares das escolas municipais de Ensino Fundamental do município de Parintins, AM, em 2016. Considerando as exigências relevantes de acessibilidade de acordo com o que estabelece a NBR ABNT n. 9.050/2015, e apenas uma questão respaldada na NBR ABNT n. 9.077/2001, apresentam-se aqui os resultados das respostas das perguntas que viabilizaram a avaliação dos espaços escolares, estando distribuídas percentualmente. Menciona-se ainda que, os códigos numéricos para cada questão a ser apresentada a seguir segue a numeração existente nas NBR ABNT em questão.

Dentre as 10 escolas municipais pesquisadas, foi possível identificar que dessa amostragem 8 escolas apresentaram: *Bloco 1 – A rua em frente à escola*, itens: A) Atravessando a rua: A1) 8.2.2, A2) 6.13.1; no *Bloco 2 – Do portão da escola a porta de entrada*, itens: B) Calçada em frente à escola: B1) 6.3.2, B2) 8.2.1.1, B3) 6.12; C) Caminho até a porta de entrada: C1) 4.6.7, C2) 6.3.2, C3) 6.3.2, C4) 6.3.2, C5) 6.11.1; D) Porta de entrada: D1) 6.1.1.1, 6.1.1.2; E) Estacionamento da escola: E1) 6.14.3, 6.14, E2) 6.14.1, E3) 6.3.2, em seus respectivos subitens assim divididos, inadequações de acordo com a NBR ABNT n. 9.050/2015, sendo que apresentaram os resultados: 40,3% (sim), 45,5% (não) e 14,2% (não se aplica), que segundo esta deveria atender a esses requisitos mínimos de adequações e adaptações.

“A CDPD [Convenção sobre Direitos das Pessoas com Deficiência] define acessibilidade como indispensável para garantir a igualdade de oportunidade das pessoas com deficiência com as demais pessoas.”, no entanto verifica-se que a realidade em que se encontra as escolas da rede municipal de Parintins, AM está distante do que preconiza e estabelece a NBR ABNT n. 9.050/2015, juntamente como o *Manual de Acessibilidade Espacial para Escolas* (BORGES, 2014, p. 90). No sentido de propiciar a este alunado a igualdade de oportunidades, para que estes possam ter garantido o pleno desenvolvimento integral no processo de aprendizagem, conforme estabelece o Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil e os Parâmetros Curriculares Nacionais, em relação a esse processo de formação integral do indivíduo, vale ressaltar que a acessibi-



lidade está intrinsecamente ligada a este fator a medida que se busca romper barreiras atitudinais, de comunicação e aspectos físicos (BRASIL, 1997, 1998).

No que tange o *Bloco 3 – Recepção e salas de atendimento*, itens: F) Área de espera e balcão de atendimento: F1) 9.2.1.1, F2) 9.2.12, F3) 6.11.1, F4) 8.9; no *Bloco 4 – Telefones públicos*, itens: G) Geral: G1) 8.3.4, 8.4.1; no *Bloco 5 – Corredores*, itens: H) Geral: H1) 6.11.1, H2) 6.11.1, H3) 6.3.2, H4) 6.3.2, H5) 6.3.4.1, H6) 6.4.2, H7) 6.11.2.4, H8) 6.11.2.6, H9) 4.6.6.1, H10) 6.3.4.1 pode-se perceber a ausência de adequações. Logo, são itens que também não atendem as referências da NBR ABNT n. 9.050/2015, sendo que apresentaram os resultados: 40,8% (sim), 52,4% (não) e 6,8% (não se aplica), constantes nas seções anteriormente mencionadas.

As dificuldades de mobilidade das pessoas com deficiência podem evocar sentimentos de inferioridade que promovem táticas de evasão e/ou comportamento que inibam sua mobilidade e movimentação, propiciando sua reclusão e, conseqüentemente, reforçando sua exclusão social. Portanto, a mobilidade urbana para as pessoas com deficiência não é circunscrita apenas pelo designer do ambiente construído, mas também por atitudes e práticas socioculturais [...] (BARBOSA, 2016, p. 148).

O que comprova que se no ambiente escolar não for possível considerar como ambiente acessível, e o foco dessas instituições é o sucesso no processo ensino aprendizagem dos seus alunos, levanta-se a hipótese de que este fator seja imprescindível para resultados satisfatórios do pleno desenvolvimento de aprendizagem dos discentes, e por meio desta pesquisa fora comprovada que essas características estiveram ausentes.

Partindo dessa análise, pode-se afirmar de acordo com os autores, que tais aspectos analisados podem vim a desencadear possíveis desmotivações, e restrições a determinados locais de abrangência das 10 escolas municipais de Parintins, AM, assim como causar evasão escolar, o que torna-se um fator negativo ao que se refere a educação especial numa perspectiva inclusiva dos alunos, especificamente dos alunos com deficiência física, que por sua vez deixa de ser inclusiva e passa a caracterizar-se como exclusiva.

Em relação ao *Bloco 6 – Bebedouros*, itens: I) Geral; I1) 8.5.1.1, I2) 8.5.1.2, I3) 8.5.1.3, I4) 8.5.1.3; *Bloco 7 – Rampas*, itens: J) Geral: J1) 6.6.2.4, J2) 6.3.2, J3) 6.6.4, J4) 6.6.4, J5) 4.6.2.5, J6) 6.6.2.1, J7) 6.6, constando as exigências da NBR ABNT n. 9.050/2015 e NBR ABNT n. 9.077/2001 (J5), sendo que apresentaram os resultados: 54,3% (sim), 29,3% (não) e 16,4% (não se aplica), esta específica para rampas, mostraram-se inadequados nos bebedouros, em relação a altura e espaço livres para as pernas e cadeira de rodas, e nas rampas em virtude da inclinação, e declividade, que ora não atendiam conforme os padrões estipulados, sendo estes considerados elementos indispensáveis para o processo de inclusão e acessibilidade da pessoa em cadeira de rodas e da pessoa com mobilidade reduzida.

Pode-se afirmar que o resultado da avaliação desses fatores configura-se como excludentes, partindo do ideal que se tem pretendido para a educação inclusiva. Nesse sentido,

A escola brasileira é marcada pelo fracasso e pela evasão de uma parte significativa dos seus alunos, que são marginalizados pelo insucesso, por privações constantes e pela baixa autoestima resultante da exclusão escolar e da social [...] (MANTOAN, 2003, p. 18).



Cabe aqui uma reflexão acerca da acessibilidade, pois não possibilitar o acesso da pessoa com deficiência nos mais diversos espaços, configura-se como exclusão, logo há a negação de direitos, o não acesso a cidadania, ao exercício pleno de seus direitos, resultando no que o autor afirmou, num processo de exclusão.

Fica evidente a necessidade de se realizar as adaptações necessárias nos mais diversos espaços sociais, assim como reformas nos ambientes escolares que fazem parte deste conjunto de espaços, promovendo um ambiente acolhedor, propício a integração, inclusão e ao desenvolvimento integral desses alunos, favorecendo a interação e socialização desses com os demais e vice-versa, conseqüentemente o envolvimento recíproco e afetivo entre os indivíduos pertencentes a comunidade escolar, oriundo dessa acessibilidade, ao considerar que esses alunos poderão circular e realizar manobra sem nenhum e/ou pouco impedimento aos espaços que desejar.

No que se refere ao *Bloco 8 – Corrimãos e grades de proteção para rampas e escadas*, itens: K) Geral: K1) 6.9.2.1, K2) 6.9.5, K3) 6.9.2.1, K4) 6.9.2.1, K5) 6.9.2.2, K) 6.9.2.3; *Bloco 9 – Salas de aula*, itens: Geral: L1) 10.15.6, L2) 10.15.5, L3) 10.15.5, L4) 10.15.5, L5) 10.15.7, L6) 10.15.7, considerando o que preconiza a NBR ABNT n. 9.050/2015, sendo que apresentaram os resultados: 31,6% (sim), 25,6% (não) e 42,8% (não se aplica), pode-se afirmar que para essas exigências, encontram-se inadequadas conforme os padrões determinados, das dimensões referenciais. É notório o alarde de itens incompatíveis com NBR ABNT n. 9.050/2015, em relação a acessibilidade na estrutura física, que por sua vez são pertinentes para o pleno desenvolvimento dos alunos com deficiência física, haja visto que os mesmos precisam sentir-se parte do local ao qual frequentam cotidianamente.

O que mais chama atenção são os resultados analisados até ao *Bloco 9*, onde se tem encontrado inadequações. Fazendo uma breve reflexão, partindo do seguinte pensamento, devido a existência de muitos documentos legais, supõe-se que já devia ter nas escolas adaptações ou um planejamento para futuras adaptações necessárias, para que estas se caracterizassem como escolas para todos, conforme o que se pretende enquanto escola inclusiva. Sobre essa reflexão:

[...] letra das leis, os textos e os discursos que proferimos asseguram os direitos, mas o que os garante são as efetivas ações, na medida em que concretizam os dispositivos legais e todas as deliberações contidas nos textos de políticas públicas [...] (CARVALHO, 2009, p. 77).

Entretanto, tais ações parecem distantes de serem alcançadas, tendo em vista a falta de investimentos em melhorias na estrutura física por parte do Poder Público, dos órgãos competentes, do Estado, no sentido de amenizar ou sanar essa dificuldade encontrada nas escolas municipais de Parintins, AM. Dentre as mais diversas reflexões levantadas, a diversidade de abordagens e questões que envolvem as políticas públicas se insere num contexto amplo e de complexidade, ressalta-se que, não é suficiente a constituição de uma política educacional bem definida, com conteúdo bem construído e formulado. O importante e imprescindível é trabalhar para que a política aconteça, comtemplando de forma efetiva o processo de desenvolvimento e aprendizagem do principal sujeito da esfera educacional: o aluno (BARRETTA; CANAN, 2012).



No que tange o *Bloco 10 – Salas de recursos multifuncional* (itens: M) Geral: M1) –, M2) 10.15.5, M3) 10.15.6, M4) 10.15.6, M5) 10.15.7; *Bloco 11 – Biblioteca*, itens: N) Geral: N1) 10.15.5, 10.16.3, N2) 10.16.2, 10.15.6, N3) 10.16.2, N4) 10.16.3, N5) 10.16.3, N6) 10.16.4, N7) 9.2.12; *Bloco 12 – Auditório*, itens: O) Geral: O1) 10.3.4.1, O2) 10.3, O3) 10.3.2.5, O4) 10.3.4.2, O5) 10.3, O6) 10.3.2.5, O7) 10.3, O8) 10.3, O9) 10.3, 10.3.2.6, O10) 10.4.2 foi possível identificar que tais escolas em estudo, não atendem as exigências da NBR ABNT n. 9.050/2015, sendo que apresentaram os resultados: 39,3% (sim), 5,6% (não) e 55,1% (não se aplica) constantes nas seções citadas.

Induzindo a afirmar e levantar a seguinte questão de acordo com os dados coletados, que esses espaços estão inadequados, restringindo seu uso por parte de alguns de seus usuários, enquanto a outra parcela não tem acesso, por esse motivo constata-se que as escolas não promovem o acesso espacial dos alunos com deficiência física. Porém, são adaptáveis e torna-se indispensável planejar essas estruturas físicas, e se houver a busca por essas reformas junto aos órgãos competentes do município de Parintins, AM, contribuiria de maneira significativa para os alunos, pois uma intervenção física nessas edificações escolares atualmente se faz necessário quando se trata de possibilidades, condição de alcance, percepção e utilização com segurança dos espaços, mobiliários equipamentos, entre outros itens pertinentes.

Com o intuito de promover a inclusão, ela deve ser de todos e para todos e não somente quando se trata de alunos com deficiência, mas também os demais sem deficiência (NUNES; SAIA; TAVARES, 2015). Questão bastante levantada e discutida quando se trata de inclusão. Dessa forma, fica evidente que se precisa transformar este cenário atual em que se encontram as escolas da rede municipal de Parintins, AM, ao se deparar com as realidades distintas e ao mesmo tempo próximas, frente aos desafios presente nas mesmas.

Nos dois blocos a seguir, em sua grande maioria, não atende as exigências da NBR ABNT n. 9.050/2015: no *Bloco 13 – Sanitários acessíveis*, itens: P) Geral: P1) 7.1, P2) 7.3.1, P3) 6.11.2.4, P4) 6.3.4.1, P5) 6.3.2, P6) 4.3.1; Q) Lavatórios acessíveis: Q1) 7.8.1, Q2) 7.8, Q3) 7.8.1, Q4) 7.8.2, Q5) 7.8.2, Q6) 7.11; R) Boxes sanitários acessíveis: R1) 7.5, R2) 7.5, R3) 7.7.2.1, R4) 7.6, R5) 7.11.2, R6) 7.7.3.1, R7) 7.4.4, R8) 6.11.2.4, R9) 7.1, R10) 7.10.4.1, R11) 6.9.2.3; no *Bloco 14 – Pátios*, itens: S) Geral: S1) 6.3.2, S2) 6.3.2, S3) 6.3.4.1, S4) 6.11.1, S5) –, S6) 6.9.5, apontadas nessas seções assim distribuídas.

Observou-se que os espaços mais uma vez não correspondem ao descrito na NBR ABNT n. 9.050/2004, sendo que apresentaram os resultados: 30,3% (sim), 25,5% (não) e 44,2% (não se aplica), ao não possibilitar a circulação e manobra da pessoa em cadeira de rodas e da pessoa com mobilidade reduzida. Tal dado denota o não oferecimento das devidas condições necessárias para uma locomoção autônoma e evidencia-se por parte desses alunos a dependência sempre de uma segunda, e ou terceira pessoa. Menciona-se também a falta de dimensões referenciais, causando um certo impedimento ao não entrar e circular em determinado local da área interna da escola, como é o caso dos banheiros, bem como projeção em relação a tamanhos estipulados pela norma regulamentadora brasileira para os pátios, desconsiderando como rota acessível, ao mostrar-se com resultados negativos sobre este dado coletado.

Para além dessa visão concreta de avaliação dos prédios escolares, cabe aqui uma reflexão filosófica, “Promover acessibilidade é permitir conhecer o outro. É permitir a convivência de todos com todos [...]. É preciso que as pessoas entendam que acessibilidade não é liberdade só para alguns, é para todos [...]” (ROCHA, 2014).

Em virtude dessas necessidades e pensando em todos, é que se deve trabalhar para que se efetive a *Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva* (2008), permitindo a todos o acesso aos diferentes espaços, sem discriminação, tendo em vista que todos usufruam os mais diversos espaços seja a pessoa com deficiência, ou não. Nesse sentido,

A inclusão exige uma mudança de mentalidade e de valores nos modos de vida e é algo mais profundo do que simples recomendações técnicas, como se fossem receitas. Requer complexas reflexões de toda a comunidade escolar e humana para admitir que o princípio fundamental da educação inclusiva é a valorização da diversidade, presente numa comunidade humana. (STRIEDER; ZIMMERMANN, 2014, p. 146).

Leva-se em consideração as especificidades humanas, sejam físicas e/ou cognitivas, comportamentais, e até mesmo subjetivas, que faz do ser humano um ser único, singular e ao mesmo tempo plural, faz-se necessário e de grande relevância social, que este novo olhar se faça presente de maneira concreta na sociedade, permitindo as pessoas um convívio, bem como uma socialização recíproca entre todos. Portanto, é necessário fazer com que a pessoa com deficiência sinta-se parte desse todo que é a sociedade, no entanto, os dados analisados segundo o *Manual de Acessibilidade Espacial para Escolas*, a NBR ABNT n. 9.050/2015 e a NBR ABNT n. 9.077/2001, sobre o qual se desdobra este trabalho, esses itens foram considerados inadequados em sua grande maioria.

Tais dados denotam grande necessidade de avanços em relação a políticas públicas que em conjunto com o poder público possa efetivar as mudanças necessárias para a arquitetura dos ambientes escolares, bem como sua manutenção constante. Tal necessidade se respalda nos objetivos educacionais que precisam ser alcançados levando em consideração a máxima sobre a perspectiva inclusiva.

Considerações finais

A educação especial no Brasil foi desenvolvida de forma lenta, ganhando espaço na sociedade por meio de muitas lutas e conquistas em defesa dos direitos sociais, educacionais, de inclusão, de acessibilidade, entre outros. A educação nesse contexto tem diante de si o desafio de possibilitar, na perspectiva inclusiva, o acesso e a permanência dos alunos com necessidades educacionais especiais na escola, bem como alunos com deficiência. E, compreender quais são as políticas públicas de educação inclusiva em documentos legais, é fundamental para identificar os avanços e recuos presentes no sistema educativo.

O que se observa é a grande diversidade no contexto escolar amplo e complexo, tendo em vista as políticas públicas existentes voltadas para a educação especial, dentro de uma abordagem inclusiva, embora bem definida, formulada, e elaborada de maneira criteriosa, ainda verifica-se que tal política deixa de acontecer no que tange a efetivação



desta, no momento em que não acontece da forma como estipulado pelas políticas educacionais que são fator preponderante no desenvolvimento do processo ensino aprendizagem do protagonista nesse processo de educação.

Outro aspecto notório é a visão que a comunidade escolar do município de Parintins, AM tem em relação a educação especial e educação inclusiva como se fosse algo novo e que ainda se trata como uma espécie de mistério, que precisasse ser desvendando, nota-se que de fato precisa ter um outro olhar, uma nova visão de que todos são responsáveis pelo processo de inclusão, que se dará de forma gradual, fazendo-se necessário incorporar para si o espírito de pesquisador, como uma cultura e hábito de pesquisa, e manter-se informados sobre como trabalhar nessa perspectiva tanto em relação as práticas pedagógicas, quanto aos avanços que envolve as mais diversas políticas, sem ficar constantemente esperando que o poder público o faça isoladamente, se a responsabilidade cabe a todos.

É importante salientar que a inclusão deve ser de todos, buscando envolvimento recíproco também dos atores que fazem parte do ambiente escolar na busca da concretização de uma efetiva inclusão. No sentido de buscar minimizar ou sanar qualquer tipo ou forma de barreiras, seja atitudinal, de comunicação, ou arquitetônica que impossibilite a inclusão social das pessoas com deficiência física. A inclusão exige e propõe uma mudança de valores, visando novas reflexões de toda a comunidade escolar e da sociedade para a sensibilização sobre educação inclusiva, valorizando a diversidade e especificidades humanas.

Enfatiza-se também a relevância acerca da temática que culminam na práxis que envolve a educação especial, características presentes nas escolas do município de Parintins, AM, onde se busca práticas pedagógicas que atendam às necessidades educacionais especiais desse alunado, no entanto esbarra em algumas outras fragilidades como a ausência de adaptações na estrutura física desses prédios escolares, onde a acessibilidade em ambientes também faz-se necessário, na tentativa de eliminar barreiras físicas que igualmente fazem parte desse processo de inclusão.

Ao falar nessa perspectiva, pode-se dizer que tal inclusão não pode e nem deve ser limitada somente no ambiente escolar, mas ir além, rompendo barreiras e fronteiras que só será possível quando os direitos dos alunos com deficiência forem efetivados. Quando houver o respeito, a aceitação, e as pessoas compreendam que esses alunos devem ser tratados com igualdade, respeitando suas especificidades e singularidades, inclusive no que tange os aspectos físicos, em relação as barreiras arquitetônicas encontradas nesses ambientes escolares, como foram encontradas nas 10 escolas de ensino fundamental de Parintins, AM.

Portanto, esta investigação foi realizada na tentativa de contribuir com a comunidade escolar, na busca por uma educação que efetive o atendimento educacional dos alunos com deficiência física, por meio da acessibilidade, que possibilite a autonomia dos alunos com deficiência, assim como sua inserção na sociedade, para que possam ser cidadãos incluídos nos mais diversos segmentos sociais.



Referências

- ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. *NBR 9050: acessibilidade a edificações, mobiliário, espaços e equipamentos urbanos*. Rio de Janeiro, 2015. 162 p. Disponível em: <<http://www.ufpb.br/cia/contents/manuais/abnt-nbr9050-edicao-2015.pdf>>. Acesso em: 19 out. 2017.
- ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. *NBR 9077: saídas de emergência em edifícios*. Rio de Janeiro, 2001. 36 p. Disponível em: <http://www.cnmp.mp.br/portal/images/Comissoes/DireitosFundamentais/Acessibilidade/NBR_9077_Sa%C3%ADdas_de_emerg%C3%Aancia_em_edif%C3%ADcios-2001.pdf>. Acesso em: 19 out. 2017.
- ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. *NBR 9050: acessibilidade a edificações, mobiliário, espaços e equipamentos urbanos*. Rio de Janeiro, 2004. 105 p. Disponível em: <http://www.pessoacomdeficiencia.gov.br/app/sites/default/files/arquivos/%5Bfield_generico_imagens-file-field-description%5D_24.pdf>. Acesso em: 27 out. 2017.
- BARBOSA, A. S. Mobilidade urbana para pessoas com deficiência no Brasil: um estudo em blogs. *URBE: Revista Brasileira de Gestão Urbana*, Curitiba, v. 8, n. 1, p. 142-154, 2016. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/urbe/v8n1/2175-3369-urbe-2175-3369008001AO03.pdf>>. Acesso em: 12 out. 2017.
- BARRETTA, E. M.; CANAN, S. R. Políticas públicas de educação inclusiva: avanços e recuos a partir dos documentos legais. In: SEMINÁRIO DE PESQUISA EM EDUCAÇÃO DA REGIÃO SUL, 9., 2012, Caxias do Sul. *Anais...* Caxias do Sul: Universidade da Caxias do Sul, 2012. p. 1-15. Disponível em: <<http://www.uces.br/etc/conferencias/index.php/anpedsul/9anpedsul/paper/viewFile/173/181>>. Acesso em: 16 nov. 2017.
- BORGES, J. A. S. *Sustentabilidade & acessibilidade: educação ambiental, inclusão e direitos da pessoa com deficiência – práticas, aproximações teóricas, caminhos e perspectivas!* Brasília, DF: OAB Editora, 2014.
- BRASIL. Ministério da Educação e do Desporto. Secretaria de Educação Fundamental. *Referencial curricular nacional para a educação infantil: introdução*. Brasília, DF, 1998. v. 1. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/rcnei_vol1.pdf>. Acesso em: 21 nov. 2017.
- BRASIL. Secretaria de Educação Fundamental. *Parâmetros Curriculares Nacionais: introdução aos parâmetros curriculares*. Brasília, DF, 1997. v. 1. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/livro01.pdf>>. Acesso em: 25 ago. 2017.
- CARVALHO, R. E. *Educação inclusiva: com os pingos nos “is”*. 6. ed. Porto Alegre: Mediação, 2009.
- DISCHINGER, M.; ELY, V. H. M. B.; MACHADO, R. (Coord.). *Manual de acessibilidade espacial para escolas: o direito à escola acessível!*. Brasília, DF: Ed. Ministério da Educação, 2009. Disponível em: <http://www.crianca.mppr.mp.br/arquivos/File/publi/mec/manual_escolas_deficientes.pdf>. Acesso em: 15 ago. 2017.
- DUTRA, C. P. et al. *Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva: documento elaborado pelo Grupo de Trabalho nomeado pela Portaria Ministerial n. 555, de 5 de junho de 2007, prorrogada pela Portaria n. 948, de 9 de outubro de 2007*. *Inclusão*, Brasília, DF, v. 4, n. 1, p. 7-17, 2008. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/revinclusao5.pdf>>. Acesso em: 29 nov. 2017.
- GIL, A. C. *Como elaborar projetos de pesquisa*. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2009.
- MANTOAN, M. T. E. *Inclusão escolar: O que é? Por quê? Como fazer?*. São Paulo: Moderna, 2003.
- NUNES, S. S.; SAIA, A. L.; TAVARES, R. E. Educação inclusiva: entre a história, os preconceitos, a escola e a família. *Psicologia: Ciência e Profissão*, Brasília, DF, v. 35, n. 4, p. 1.106-1.119, 2015. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/pcp/v35n4/1982-3703-pcp-35-4-1106.pdf>>. Acesso em: 15 set. 2017.



REIS, M. *Metodologia da pesquisa*. 2. ed. Curitiba: IESDE Brasil, 2009.

ROCHA, B. *Um dia as coisas serão diferentes...* Porto Alegre, 2014. Blog. Não paginado. Disponível em: <<http://esclerosemultiplaeuu.blogspot.com.br/2014/05/um-dia-as-coisas-serao-diferentes.html>>. Acesso em: 10 nov. 2017.

STRIEDER, R.; ZIMMERMANN, R. L. G. A inclusão escolar e os desafios da aprendizagem. *Caderno de Pesquisa: Pensamento Educacional*, Curitiba, v. 5, n. 10, p. 144-162, 2010. Disponível em: <http://universidadetuiuti.utp.br/Cadernos_de_Pesquisa/pdfs/cad_pesq10/10_a_inclusao_cp10.pdf>. Acesso em: 22 nov. 2017.

Sobre os autores

Adriana de Souza Natividade

Pesquisadora da Universidade Federal do Amazonas.

Jadson Justi

Professor de Psicologia e Metodologia do Estudo e da Pesquisa do Instituto de Ciências Sociais, Educação e Zootecnia (ICSEZ) da Universidade Federal do Amazonas (UFAM). Mestre em Psicologia pela Universidade Católica Dom Bosco (UCDB). Tem experiência no Magistério Superior, com ênfase em estudo e prática educativa nas áreas de Métodos e Técnicas de Pesquisa Científica, Construção da pesquisa acadêmica em suas diversas dimensões metodológicas (planejamento, elaboração e execução), Linguagens e competências técnicas da escrita científica, bem como atenção à Educação e a Saúde Humana.

Corina Fátima Costa Vasconcelos

Doutora em Educação e Mestre em Ciências da Educação Superior. Professora do Instituto de Ciências Sociais, Educação e Zootecnia da Universidade Federal do Amazonas. Atua na área de Currículo, Planejamento e Avaliação Educacional, Didática, formação de professores e Psicopedagogia.